



**ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR**

Ao Expediente da Mesa
Em, 20 / 08 / 15
Deputado Valmir Comin
1º Secretário

5523

MENSAGEM Nº 196

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
PROJETO DE LEI Nº 340/2015



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E
SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO**

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, o projeto de lei que "Institui o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM-SC) e estabelece outras providências".

Florianópolis, 19 de agosto de 2015.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Lido no Expediente
09-Sessão de 25/08/15
As Comissões de:
(5) Justiça
(11) Finanças
(23) Direitos Humanos
Secretário



E.M. GABS nº 01/2015

Florianópolis, 01 de junho de 2015.



Excelentíssimo Senhor Governador.

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência proposta de projeto de lei que altera a Lei nº 11.159, de 20 de julho de 1999, que “cria o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e estabelece providências”.

I – DOS FUNDAMENTOS

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM – SC, foi criado pela Lei nº 11.159, de 20 de julho de 1999, e, desde a época, ocorreram mudanças significativas nas relações sociais e de gênero, assim como, conquistas substanciais de direitos da mulher, porém, é preciso melhorar e adaptar-se à evolução humana.

A promoção da igualdade entre homens e mulheres no Brasil, ainda é uma utopia, um ideal a ser conquistado.

Infelizmente, a nossa realidade mostra altíssimos índices de violência contra a mulher, praticada na maioria das vezes por seus companheiros, maridos, namorados.

Em Santa Catarina, a taxa é de 3,5 mil homicídios a cada cem mil mulheres, possuímos 295 municípios, mas contamos com apenas 30 delegacias voltadas para a mulher.

A Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, é sem dúvida uma grande conquista feminina, um marco histórico contra a violência doméstica no Brasil, mas a luta pela igualdade de gênero está



apenas engatinhando, e o Estado de Santa Catarina precisa fomentar políticas públicas que assegurem a cidadania e os direitos humanos de todas as mulheres catarinenses.

Cumpre asseverar, que o CEDIM, em conformidade com a regra já estabelecida pela Lei nº 11.159, de 20 de julho de 1999, será composto exclusivamente por representantes mulheres, motivo pelo qual se elencou as representantes das entidades governamentais pela expressão numérica (01) **UMA**, nas alíneas do inciso II, do art. 3º.



Dito isto, ressalta-se que tal regramento encontra respaldo na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a mulher aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, mediante edição da Resolução n. 34/180, em 18 de dezembro de 1979, ratificada pelo Brasil através do Decreto Legislativo n.º 93, de 14.11.1983, e promulgada pelo Decreto n.º 89.406, de 20.3.1984.

Prescreve o art. 4º da referida Convenção a possibilidade de adoção temporária de “ações afirmativas” como medida compensatória para remediar as desvantagens históricas de um passado excludente e discriminatório entre homens e mulheres no Brasil, tais medidas cessarão quando alcançado o seu objetivo.

Artigo 4º - A adoção pelos Estados-partes de medidas especiais de caráter temporário destinadas a acelerar a igualdade de fato entre o homem e a mulher não se considerará discriminação na forma definida nesta Convenção, mas de nenhuma maneira implicará, como consequência, a manutenção de normas desiguais ou separadas; essas medidas cessarão quando os objetivos de igualdade de oportunidade e tratamento houverem sido alcançados.

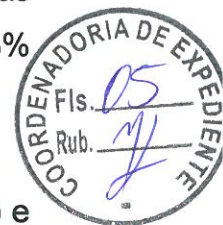
Em que pese dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE indicarem que as mulheres representam 51,3% da população brasileira, ou seja, mais da metade. Ainda assim, a participação do público feminino na política e nas esferas de participação pública é pequena e não corresponde à proporção de mulheres no país.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
GABINETE DA SECRETÁRIA



Na Câmara dos Deputados, são apenas 51 deputadas federais, de um total de 513 políticos, aproximadamente 10% das vagas. No Senado, não muda muito: de 81 senadores, 13 são mulheres (entre eleitas e suplentes). Na Assembleia Legislativa de Santa Catarina este percentual de participação é menor ainda, de um universo de 40 deputados apenas 3 são deputadas estaduais, ou seja ocupam aproximadamente 8% das vagas. Na Câmara de Vereadores da Capital, este quadro apresenta índices menores, de 23 cadeiras existentes apenas uma é ocupada por mulher, ou seja, representa menos de 3% das vagas!



Estes dados por si só denunciam a brutal desigualdade de gênero e reclamam e justificam urgentemente a adoção temporária de “ações afirmativas” no sentido de se alterar este grave quadro de baixa participação feminina na política e nas esferas de participação pública.

Os desafios às exigências contemporâneas sobre políticas públicas para as mulheres são imensos, mas não podemos permitir retrocessos nos direitos já assegurados, e, para além disso, assegurar avanços no campo dos direitos das mulheres.

Por todo o exposto, aguardamos a aprovação por Vossa Excelência ao anteprojeto de alteração da Lei nº 11.159, de 20 de julho de 1999, que cria o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM-SC e estabelece outras providências.

À elevada consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

ANGELA ALBINO

Secretária de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação.



Institui o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM-SC) e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO, FINALIDADE E COMPETÊNCIA

Art. 1º Fica instituído o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM-SC), órgão colegiado, de caráter permanente, deliberativo e consultivo, vinculado à Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST).

Parágrafo único. O CEDIM-SC tem como finalidade formular diretrizes e políticas públicas que visem a assegurar os direitos da mulher, considerando a igualdade e equidade de gênero, bem como fomentar a inclusão da população feminina nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais.

Art. 2º Compete ao CEDIM-SC:

I – contribuir para a definição de políticas públicas e de diretrizes no âmbito estadual destinadas à proteção dos direitos da mulher;

II – promover e recomendar a adoção de medidas para prevenir a violência contra a mulher;

III – monitorar a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres no âmbito do Estado;

IV – organizar e coordenar a Conferência Estadual de Políticas Públicas para a Mulher;

V – traçar diretrizes para as conferências municipais de políticas públicas para a mulher;

VI – acompanhar em todas as instâncias do Poder Público a tramitação de procedimentos relacionados a atos violadores dos direitos da mulher;

VII – propor, por intermédio da SST, a elaboração de atos legislativos ou administrativos de interesse das políticas nacional e estadual dos direitos da mulher ou com vistas à eliminação de conteúdos discriminatórios constantes da legislação em vigor;



VIII – promover intercâmbio e firmar convênios com organismos nacionais e internacionais, públicos ou privados, com o objetivo de implementar políticas e programas em prol dos direitos da mulher;

IX – receber petições, representações, denúncias ou quaisquer informações sobre condutas violadoras dos direitos da mulher e encaminhá-las aos órgãos competentes;

X – manter interlocução permanente com a sociedade, com os movimentos sociais, movimentos de mulheres e movimentos feministas;

XI – acompanhar o desenvolvimento das atividades dos grupos autônomos ligados à mulher;

XII – estimular e assessorar a criação dos conselhos municipais dos direitos da mulher;

XIII – apresentar ao Poder Executivo plano anual de ações em defesa dos direitos da mulher; e

XIV – elaborar e alterar o seu regimento interno, que será submetido à aprovação por ato do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O CEDIM-SC será composto de 24 (vinte e quatro) integrantes titulares e igual número de suplentes, assim distribuídas:

I – 12 (doze) representantes governamentais, sendo:

a) a Coordenadora Estadual da Mulher;

b) 1 (uma) representante da SST;

c) 1 (uma) representante da Secretaria de Estado da Administração (SEA);

d) 1 (uma) representante da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL);

e) 1 (uma) representante da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SAR);

f) 1 (uma) representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP);

g) 1 (uma) representante da Secretaria de Estado da Educação (SED);

h) 1 (uma) representante da Secretaria de Estado da Saúde (SES);



i) 1 (uma) representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS);

j) 1 (uma) representante da Secretaria de Estado do Planejamento (SPG);

k) 1 (uma) representante da Procuradoria-Geral do Estado (PGE); e

l) 1 (uma) representante do Laboratório de Relações de Gênero e Família da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); e

II – 12 (doze) representantes de entidades não governamentais, dentre aquelas legalmente constituídas e em regular funcionamento, sem fins lucrativos e com atuação estadual no campo da promoção, proteção e defesa dos direitos da mulher.

§ 1º Com exceção da representante de que trata a alínea “a” do inciso I do *caput* deste artigo, as representantes governamentais são de livre escolha e designação do Chefe do Poder Executivo, podendo ser substituídas a qualquer tempo, *ad nutum*, mediante nova designação.

§ 2º As representantes das entidades não governamentais serão eleitas em fórum próprio, convocado a cada 2 (dois) anos pelo titular da SST por meio de edital publicado no Diário Oficial do Estado, e designadas pelo Chefe do Poder Executivo para cumprir mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução, em conformidade com as disposições contidas no regimento interno.

§ 3º O edital de que trata o § 2º deste artigo deverá ser publicado com o prazo mínimo de 30 (trinta) dias da data prevista para a realização do fórum, cuja sessão será aberta a todos os interessados.

Art. 4º Nas ausências e nos impedimentos justificados das Conselheiras assumirão as suas suplentes.

Art. 5º Perderá a representação ou o mandato a Conselheira que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) alternadas, salvo mediante justificativa formulada por escrito e aprovada pelo Plenário do CEDIM-SC.

§ 1º Consideram-se justificadas as ausências ao serviço determinadas pelo comparecimento das Conselheiras a sessões do CEDIM-SC e pela participação em diligências ou convocação para trabalhos específicos.

§ 2º Na perda de representação das Conselheiras relacionadas nas alíneas do inciso I do art. 3º desta Lei, a substituição será feita na forma do disposto no § 1º do art. 3º desta Lei.

§ 3º Na perda de mandato das Conselheiras mencionadas no inciso II do art. 3º desta Lei, assumirão as suplentes ou quem for indicada pelo órgão ou pela entidade representada.

Art. 6º O afastamento ou a substituição de entidades não governamentais serão sempre efetuados por meio de fórum próprio e em consonância com os princípios e as normas estabelecidas no regimento interno.



CAPÍTULO III DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 7º O CEDIM-SC terá a seguinte estrutura organizacional, cujas competências serão estabelecidas no seu regimento interno:

I – Plenário, órgão máximo deliberativo;

II – Diretoria, composta pela Presidenta, Vice-Presidenta, Primeira Secretária e Segunda Secretária;

III – Comissões Temáticas; e

IV – Secretaria Executiva.

Art. 8º O Plenário do CEDIM-SC realizará mensalmente, na Capital do Estado, reuniões ordinárias e reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocado por sua Presidenta ou por solicitação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de suas integrantes titulares.

§ 1º O edital de convocação das reuniões extraordinárias deverá conter indicação da matéria a ser discutida pelas integrantes do CEDIM-SC.

§ 2º As decisões serão tomadas por maioria simples de votos, desde que atingido o quórum mínimo de 1/3 (um terço) das integrantes.

Art. 9º O CEDIM-SC será presidido por uma de suas integrantes, eleita por maioria simples de votos, observado o quórum mínimo de 2/3 (dois terços), para um mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução.

§ 1º As integrantes do CEDIM-SC elegerão também, na forma do *caput* deste artigo, a Vice-Presidenta, que substituirá a Presidenta em suas ausências e impedimentos e terá mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução.

§ 2º A Primeira Secretária e a Segunda Secretária serão eleitas pelas integrantes do CEDIM-SC por maioria simples de votos.

Art. 10. A composição das Comissões Temáticas do CEDIM-SC será deliberada em Plenário e terá no mínimo 3 (três) integrantes, cujas atribuições serão disciplinadas no regimento interno.

Art. 11. A Secretaria Executiva do CEDIM-SC será exercida, preferencialmente, por servidora pública efetiva com nível superior e conhecimento da temática dos direitos da mulher.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. A função de Conselheira do CEDIM-SC não é remunerada, tem caráter público relevante e o seu exercício é considerado prioritário e de interesse público, justificando a ausência a quaisquer outras atividades quando determinada pelo comparecimento às sessões ou reuniões de comissão ou pela participação em diligência.



Art. 13. A SST prestará todo o apoio técnico, administrativo, financeiro e de infraestrutura necessários ao pleno funcionamento do CEDIM-SC, observados os limites orçamentários estaduais.

Art. 14. As despesas decorrentes de hospedagem, alimentação e transporte das integrantes titulares e suplentes do CEDIM-SC serão custeadas pela SST, na forma da legislação em vigor.

Art. 15. A estruturação, a competência e o funcionamento do CEDIM-SC serão estabelecidos no seu regimento interno.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Fica revogada a Lei nº 11.159, de 20 de julho de 1999.

Florianópolis,


JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado